

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

Processo nº: 12.665/18**Jurisdicionada:** Governo do Distrito Federal – GDF – Órgãos Diversos**Assunto:** Estudos Especiais

Ementa: Estudos Especiais realizados em atenção ao item II da Decisão nº 1.618/18, exarada nos autos do Processo nº 32.101/16, com vistas a firmar entendimento acerca do alcance de eventuais desdobramentos advindos das decisões do STF proferidas em sede de repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 602.043 e 612.975.

Decisão nº 5.613/18: entre outros pontos, observar, quanto à metodologia para incidência do inciso XI do art. 37 da CRFB no caso de servidores que acumulam estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo, até tal deslinde, o entendimento do TCDF, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer nº 16/2016-CJP e complementação, constante do Processo nº 33.508/14. **Decisão nº 5.291/20:** sobrestar o exame do feito até o deslinde do julgamento do RE 602.584/DF (Tema de Repercussão Geral 359), que ainda se encontra em trâmite no STF, haja vista a interposição de agravo regimental, em 24.11.20. **Decisão nº 2.690/21:** levantar o sobrestamento do feito e dar conhecimento ao complexo administrativo do GDF de que, entre outros, a partir de 26.03.21, data em que ocorreu o trânsito em julgado do RE 602.584/DF, deve-se observar o decidido pelo STF no julgamento daquele Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo-se, antes daquela data, o entendimento do TCDF, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer nº 16/2016-CJP e complementação, constante do Processo nº 33.508/14. **Decisão nº 3.333/21:** conhecer do pedido de reexame interposto pela Assecon/DF contra a Decisão nº 2.690/21, com efeito suspensivo. Encaminhamento de pedido da Assecon/DF, complementar à peça recursal, para que o TCDF sobresteja o exame de mérito do recurso até o deslinde de ação interposta na justiça, contendo o mesmo teor daquele do recurso, não proceda aos descontos nos vencimentos/proventos ou nos estipêndios pensionais, decorrentes da decisão recorrida, e autorize a sustentação oral de defesa. **Nesta fase:** exame de mérito do recurso. **Unidade Técnica** pelo conhecimento da instrução e improvimento do recurso. **Ministério Público** aquiesce. **Voto pelo conhecimento do documento complementar e demais documentos anexos encaminhados pela Assecon/DF, pelo sobrestamento do exame de mérito do recurso até o deslinde da ação judicial interposta por essa associação, e por decisão quanto ao pedido de sustentação oral em data oportuna.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Estudos Especiais realizados em atenção ao item II da Decisão nº 1.618/18, exarada nos autos do Processo nº 32.101/16, com vistas a firmar entendimento acerca do alcance de eventuais desdobramentos advindos das decisões do STF proferidas em sede de repercussão geral nos Recursos

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

Extraordinários – REs nºs 602.043 e 612.975.

Por meio da Decisão nº 5.613/18 (peça 9), o Tribunal deliberou acerca do alcance da tese de repercussão geral firmada pelo STF nos Res nºs 602.043 e 612.975, bem como sobre a questão relativa à acumulação de estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), a saber:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos estudos especiais em apreço, considerando cumprido o item II da Decisão n.º 1.618/2018; II – quanto às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos REs 602.043 e 612.975, considerar que: a) os Temas nºs 377 e 384, no sentido de que “a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”, aplicam-se a todas as situações jurídicas em que a Constituição autoriza a acumulação de cargos, dentre as quais a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração pelo exercício de cargo eletivo ou em comissão, de livre nomeação e exoneração (art. 37, § 10, e art. 40, § 11, da CRFB), e a percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo efetivo, para aqueles aposentados que reingressaram ao serviço público até 16.12.1998, nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional n.º 20/1998; b) quanto à metodologia para incidência do inciso XI do art. 37 da CRFB no caso de servidores que acumulam estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), deve-se observar o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo, até tal deslinde, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014; III – autorizar o arquivamento do feito.” (grifado)

No dia 06.08.20, o STF, julgando o mérito do RE nº 602.584/DF, mencionado no item II.b da citada Decisão nº 5.613/18, fixou a tese de repercussão geral (Tema 359) nos seguintes termos: *“ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor”*.

Este Tribunal, ao tomar conhecimento da aludida decisão do STF, e considerando que houve a interposição de Agravo Regimental naquele RE, deliberou, mediante a Decisão nº 5.291/20 (peça 40), por sobrestar o exame deste feito.

Após o trânsito em julgado do referido RE nº 602.584/DF, em 26.03.21, este Tribunal, por meio da Decisão nº 2.690/21 (peça 47), autorizou o levantamento do sobrestamento deste feito e deliberou por dar conhecimento do julgamento do Tema de Repercussão Geral nº 359 ao complexo administrativo do GDF, a saber:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do trânsito em julgado do RE 602.584/DF; b) da Informação n.º 20/2021 – 2ª DIFIPE (e-DOC 177B574C-e); c) do Parecer n.º 340/2021 – G2P (e-DOC 3C4D516D-e), da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira; II – autorizar o levantamento do sobrestamento do feito, determinado pelo item II da Decisão n.º 5.291/2020; III – tendo em vista o disposto no item “II.b” da Decisão n.º 5.613/2018, dar conhecimento a todo o complexo administrativo do Distrito Federal: 1. a respeito do deslinde do RE 602.584/DF e da definição do Tema de Repercussão Geral 359, pelo Supremo Tribunal Federal - STF, nos seguintes termos: “ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional n.º 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor”; e 2. de que, a partir de 26.03.2021, data em que ocorreu o trânsito em julgado do RE 602.584/DF, deve-se observar o decidido pelo STF no julgamento daquele



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo-se, antes daquela data, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014; IV – autorizar o arquivamento do feito.” (grifado)

Irresignada com o teor do item III da citada decisão, basicamente porque isso permitiria a este Tribunal cobrar parcelas atrasadas de servidores e/ou instituidores de pensão desta Casa, não enquadrados na modulação efetuada, a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Assecon/DF interpôs o recurso (pedido de reexame) de peça 246, o qual foi conhecido pelo Tribunal por meio da Decisão nº 3.333/21 (peça 250), com efeito suspensivo.

Nesta etapa processual, examina-se o mérito do recurso em tela.

Na análise que lhe incumbe, efetivada nos termos da Informação nº 227/2021-NUREC (peças 255/257), com a aquiescência do titular da Secretaria-Geral de Controle Externo/TCDF – Segecex, o Núcleo de Recursos – NUREC concluiu, após avaliar o teor do pedido de reexame, pelo não provimento do recurso interposto pela Assecon/DF, sugerindo ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento da Informação nº 227/2021 – NUREC;

II. rejeitar a preliminar de nulidade arguida pela Recorrente;

III. negar provimento ao Pedido de Reexame (peça 246) da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal – ASSECON/DF contra a Decisão nº 2.690/2021, restabelecendo os seus efeitos;

IV. autorizar:

a) o conhecimento da decisão a ser proferida à Recorrente;

b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE, para a adoção das providências cabíveis.”

O Ministério Público, mediante o Parecer nº 776/2021-G1P/DA (peça 259), da lavra do Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, aquiesceu à análise e às sugestões da Unidade Técnica.

Posteriormente à edição da Decisão nº 3.333/21, que conheceu do recurso interposto pela Assecon/DF, bem como da instrução da Unidade Instrutiva e do parecer ministerial, relativos a esse recurso, a recorrente encaminhou a este Tribunal o documento de peças 272/273, acompanhado de anexos, juntados às 262/271, requerendo: a) o sobrestamento do exame de mérito do recurso interposto até o deslinde da ação judicial, apresentada ao TJDF, referente ao Processo nº 0706199-39.2021.8.07.0018, considerando que um dos pedidos constantes dessa ação é para que este TCDF não cobre os referidos atrasados dos servidores e/ou instituidores de pensão desta Corte Casa; b) o mesmo não desconto dos vencimentos e/ou estipêndios pensionais; e c) a realização de sustentação oral.

É o breve relatório.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

VOTO

Cuidam os autos de Estudos Especiais realizados em atenção ao item II da Decisão nº 1.618/18, exarada nos autos do Processo nº 32.101/16, com vistas a firmar entendimento acerca do alcance de eventuais desdobramentos advindos das decisões do STF proferidas em sede de repercussão geral nos Recursos Extraordinários – Res nºs 602.043 e 612.975.

Por meio da Decisão nº 5.613/18 (peça 9), o Tribunal deliberou acerca do alcance da tese de repercussão geral firmada pelo STF nos RE nºs 602.043 e 612.975, bem como sobre a questão relativa à acumulação de estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), a saber:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos estudos especiais em apreço, considerando cumprido o item II da Decisão n.º 1.618/2018; II – quanto às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos REs 602.043 e 612.975, considerar que: a) os Temas nºs 377 e 384, no sentido de que “a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”, aplicam-se a todas as situações jurídicas em que a Constituição autoriza a acumulação de cargos, dentre as quais a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração pelo exercício de cargo eletivo ou em comissão, de livre nomeação e exoneração (art. 37, § 10, e art. 40, § 11, da CRFB), e a percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo efetivo, para aqueles aposentados que reingressaram ao serviço público até 16.12.1998, nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional n.º 20/1998; b) quanto à metodologia para incidência do inciso XI do art. 37 da CRFB no caso de servidores que acumulam estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), deve-se observar o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo, até tal deslinde, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014; III – autorizar o arquivamento do feito.” (grifado)

No dia 06.08.20, o STF, julgando o mérito do RE nº 602.584/DF, mencionado no item II.b da citada Decisão nº 5.613/18, fixou a tese de repercussão geral (Tema 359) nos seguintes termos: *“ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor”*.

Este Tribunal, ao tomar conhecimento da aludida decisão do STF, e considerando que houve a interposição de Agravo Regimental naquele RE, deliberou, mediante a Decisão nº 5.291/20 (peça 40), por sobrestar o exame deste feito.

Após o trânsito em julgado do referido RE nº 602.584/DF, em 26.03.21, este Tribunal, por meio da Decisão nº 2.690/21 (peça 47), autorizou o levantamento do sobrestamento deste feito e deliberou por dar conhecimento do julgamento do Tema de Repercussão Geral nº 359 ao complexo administrativo do GDF, a saber:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do trânsito em julgado do RE 602.584/DF; b) da Informação n.º 20/2021 – 2ª DIFIPE (e-DOC 177B574C-e); c) do Parecer n.º 340/2021 – G2P (e-DOC 3C4D516D-e), da lavra

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira; II – autorizar o levantamento do sobrestamento do feito, determinado pelo item II da Decisão n.º 5.291/2020; III – tendo em vista o disposto no item “II.b” da Decisão n.º 5.613/2018, dar conhecimento a todo o complexo administrativo do Distrito Federal: 1. a respeito do deslinde do RE 602.584/DF e da definição do Tema de Repercussão Geral 359, pelo Supremo Tribunal Federal - STF, nos seguintes termos: “ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional n.º 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor”; e 2. de que, a partir de 26.03.2021, data em que ocorreu o trânsito em julgado do RE 602.584/DF, deve-se observar o decidido pelo STF no julgamento daquele Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo-se, antes daquela data, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014; IV – autorizar o arquivamento do feito.” (grifado)

Irresignada com o teor do item III da citada decisão, basicamente porque isso permitiria a este Tribunal cobrar parcelas atrasadas de servidores e/ou instituidores de pensão desta Casa, não enquadrados na modulação efetuada, a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Assecon/DF interpôs o recurso (pedido de reexame) de peça 246, o qual foi conhecido pelo Tribunal por meio da Decisão nº 3.333/21 (peça 250), com efeito suspensivo.

Nesta etapa processual, examina-se o mérito do recurso em tela.

Na análise que lhe incumbe, efetivada nos termos da Informação nº 227/2021-NUREC (peças 255/257), com a aquiescência do titular da Secretaria-Geral de Controle Externo/TCDF – Segecex, o Núcleo de Recursos – NUREC concluiu, após avaliar o teor do pedido de reexame, pelo não provimento do recurso interposto pela Assecon/DF, sugerindo ao Tribunal:

I. tomar conhecimento da Informação nº 227/2021 – NUREC;

II. rejeitar a preliminar de nulidade arguida pela Recorrente;

III. negar provimento ao Pedido de Reexame (peça 246) da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal – ASSECON/DF contra a Decisão nº 2.690/2021, restabelecendo os seus efeitos;

IV. autorizar:

a) o conhecimento da decisão a ser proferida à Recorrente;

b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE, para a adoção das providências cabíveis.”

O Ministério Público, mediante o Parecer nº 776/2021-G1P/DA (peça 259), da lavra do Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, aquiesceu à análise e às sugestões da Unidade Técnica.

Posteriormente à edição da Decisão nº 3.333/21, que conheceu do recurso interposto pela Assecon/DF, bem como da instrução da Unidade Instrutiva e do parecer ministerial, relativos a esse recurso, a recorrente encaminhou a este Tribunal o documento de peças 272/273, acompanhado de anexos, juntados às 262/271, requerendo: a) o sobrestamento do exame de mérito do recurso interposto até o deslinde da ação judicial, apresentada ao TJDF, referente ao Processo nº 0706199-39.2021.8.07.0018, considerando que um dos pedidos constantes dessa ação é para que este TCDF não cobre os referidos atrasados dos servidores e/ou instituidores de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

pensão desta Corte Casa, e que obteve liminar nesse sentido da justiça, e que fora confirmada; b) o mesmo não desconto dos vencimentos e/ou estipêndios pensionais; e c) a realização de sustentação oral.

Pois bem, feito um breve resumo dos fatos, passo a decidir.

Já de início, destaco que, embora a fase atual deste feito seja de exame de mérito do recurso interposto pela Assecon/DF contra a Decisão nº 2.690/21, não me posicionarei acerca do mesmo neste momento processual, deixando, pois, por ora, de me posicionar acerca das manifestações das Unidades Instrutiva e Ministerial.

Nesta etapa, entendo que o melhor encaminhamento seja o sobrestamento do exame de mérito do recurso em tela, na forma solicitada pela Assecon/DF, no documento enviado, complementar ao seu recurso, juntado às peças 272/273.

Isso porque, no pedido efetuado pela Assecon/DF, constante daquele documento, e documentos anexos (peças 262/271), a mesma informou que adentrou com ação judicial no TJDF (Processo nº 0706199-39.2021.8.07.0018), obtendo liminar, que fora confirmada, contra os termos da Decisão nº 2.690/21 (recorrida), que permitiu ao TCDF, em especial, a cobrança de valores atrasados de servidores e/ou pensionistas não enquadrados na modulação efetuada por este Tribunal nessa decisão.

Ademais, considerando que se assemelham os pleitos da Assecon/DF nas esferas judicial e administrativa (do TCDF), entendo, também, que se mostra pertinente o sobrestamento deste feito até o deslinde daquele processo na justiça, com o intuito de evitar possível trabalho adicional deste Tribunal, advindo de possível decisão judicial que reforme a Decisão nº 2.690/21, ou os seus efeitos.

Quanto ao pedido de sustentação oral, também efetuado pela recorrente, deixarei para me pronunciar ao depois, quando do exame em si do mérito do recurso.

Diante do exposto, lamentando dissentir, nesta fase, dos termos da instrução e do parecer ministerial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

a) da Informação nº 227/2021-NUREC (peças 255/257);

b) dos documentos encaminhados pela recorrente: Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Assecon/DF, juntados às peças 262/271 e 272/273;

II – sobresteja o exame de mérito do recurso interposto pela Assecon/DF contra a Decisão nº 2.690/21 até o deslinde do Processo judicial nº 0706199-39.2021.8.07.0018 (TJDF);

III – autorize o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos/Segecex/TCDF – NUREC, para os devidos fins.

Brasília, em 15 de dezembro de 2021.

MANOEL DE ANDRADE
Relator